

A profissão de advogado em João Pinheiro-MG: desafios enfrentados com a expansão do uso da Inteligência Artificial no Direito

The Lawyer Profession in João Pinheiro-MG: Challenges Faced with the Expansion of Artificial Intelligence Usage in Law

Igor Márcio Monteiro Sales¹

174

Resumo: A presente pesquisa objetivou traçar um perfil dos advogados atuantes na cidade de João Pinheiro, buscando analisar principalmente as suas perspectivas profissionais mediante as constantes inovações tecnológicas presentes na atualidade. Ainda buscou identificar as principais dificuldades da profissão e comparar as visões de alguns advogados pinheirenses de diferentes faixas etárias e tempo de atividade profissional. Foi aplicado um *survey* com 08 perguntas, sendo 06 de múltipla escolha e 02 discursivas, as quais foram todas respondidas por 14 advogados entre homens e mulheres, atuantes em João Pinheiro-MG. Os resultados obtidos permitiram identificar diferenças consideráveis entre as visões dos advogados entrevistados acerca do futuro da profissão, bem como dos desafios enfrentados por cada um. Verificou-se ainda um interessante equilíbrio de opiniões no tocante à preocupação com os avanços tecnológicos e principalmente da inteligência artificial.

Palavras-chave: Advogado. Inteligência Artificial. Desafios da profissão.

Abstract: This research aimed to draw a profile of lawyers working in the city of João Pinheiro, seeking to analyze mainly their professional perspectives through the constant technological innovations present today. It also sought to identify the main difficulties of the profession and compare the views of some lawyers from Pinheiros from different age groups and years of professional activity. A survey with 08 questions was applied, being 06 of multiple choice and 02 discursive, which were all answered by 14 lawyers between men and women, working in João Pinheiro-MG. The results obtained allowed to identify considerable differences between the views of the lawyers interviewed about the future of the profession, as well as the challenges faced by each one. We also found an interesting balance of opinions regarding the concern with technological advances and especially with artificial intelligence.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Especialista em Ética e Filosofia Política pela Faculdade de Mantena (FAMA). Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Oficial Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). E-mail: igor.sales.direito@gmail.com

Recebido em 17/12/2022
Aprovado em 15/09 /2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Keywords: Lawyer. Artificial intelligence. Challenges of the profession.

1 Introdução

A advocacia é uma profissão centenária que, assim como muitas outras áreas, está passando por transformações significativas devido às rápidas inovações tecnológicas que caracterizam a era contemporânea. Em um cenário onde a tecnologia da informação avança a passos largos, é imperativo entender como os profissionais do direito se adaptam a essas mudanças e como enxergam o futuro de sua carreira. Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo principal traçar um perfil dos advogados atuantes na cidade de João Pinheiro, no estado de Minas Gerais, Brasil. Além disso, buscou-se analisar as perspectivas profissionais desses advogados diante das constantes inovações tecnológicas que permeiam o campo jurídico nos dias de hoje.

A presente pesquisa foi desenvolvida na cidade de João Pinheiro. O município se localiza em Minas Gerais possui uma população estimada de 46.801 habitantes segundo o censo do (IBGE de 2021), se estende por 10 727,5 km². De acordo com Silva, Gonçalves e Silva (2011), João Pinheiro é um município localizado no estado de Minas Gerais, Brasil, que se destaca por sua rica história e diversidade geográfica. Situado na região noroeste do estado, o município abriga uma população vibrante e acolhedora. Sua economia é impulsionada principalmente pela agricultura, pecuária e comércio local. Além disso, João Pinheiro é conhecido por suas paisagens deslumbrantes, que incluem áreas de cerrado, rios e cachoeiras, tornando-o um lugar de grande beleza natural. A cidade também preserva elementos de seu patrimônio cultural, como festas tradicionais e eventos comunitários que refletem a identidade e o orgulho de sua comunidade. Com uma localização estratégica e um ambiente propício para o desenvolvimento, João Pinheiro continua a desempenhar um papel importante no cenário regional de Minas Gerais.

Este estudo foi conduzido através de um estudo de caso com uma abordagem quali-quantitativa, Yin (2010) descritiva, com o objetivo de analisar o conhecimento dos advogados sobre a temática. De acordo com Yin (2010), um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Para alcançar esses objetivos, foram aplicados um *survey* a uma amostra representativa de 14 advogados, composta tanto por homens quanto mulheres, com diferentes faixas etárias e tempo de atuação profissional na região de João Pinheiro-MG. As respostas obtidas revelaram não apenas as

percepções variadas sobre o futuro da profissão, mas também destacaram as diferentes visões em relação aos desafios que cada advogado enfrenta em sua jornada profissional.

Um dos aspectos intrigantes revelados pela pesquisa foi o equilíbrio de opiniões em relação à influência crescente da inteligência artificial e das tecnologias avançadas no campo jurídico. Enquanto alguns advogados demonstraram preocupação com o impacto dessas inovações, outros enxergaram oportunidades e possibilidades de adaptação. Este estudo, portanto, proporciona uma visão abrangente e detalhada das dinâmicas profissionais dos advogados em João Pinheiro, bem como das perspectivas diante das transformações tecnológicas que moldam o futuro da advocacia na atualidade.

O artigo está dividido em três seções principais: "Breve Revisão de Literatura," "Análise dos Resultados," e "Considerações Finais." Na primeira seção, a revisão de literatura fornece um contexto essencial para compreender os desafios enfrentados pelos advogados em João Pinheiro, especialmente relacionados aos avanços tecnológicos e à inteligência artificial. A definição de inteligência artificial e sua aplicação no campo jurídico são discutidas para estabelecer um alicerce conceitual sólido. Além disso, a seção destaca a Resolução nº 332 do Conselho Nacional de Justiça, que aborda a integração da inteligência artificial no Poder Judiciário.

Na segunda seção, "Análise dos Resultados," são apresentados dados e insights obtidos por meio de uma pesquisa direta. A análise inclui informações sobre o perfil dos advogados em João Pinheiro, como sexo e faixa etária, e também explora questões relacionadas à adaptação dos profissionais às mudanças tecnológicas e aos desafios específicos enfrentados na região. Os gráficos são utilizados para visualizar esses dados de maneira clara e informativa.

Por fim, na seção "Considerações Finais," espera-se que o artigo ofereça uma síntese das descobertas da pesquisa e reflexões sobre o presente e o futuro da advocacia em João Pinheiro. Com base nas análises e nos dados apresentados, essa seção pode abordar as perspectivas da profissão, as oportunidades e os desafios que os advogados enfrentam, bem como destacar a importância da integração da inteligência artificial na prática jurídica da região.

2- Breve Revisão de Literatura

A profissão de advogado, a exemplo de outras de profissões liberais, são diretamente afetadas positiva ou negativamente pelos constantes avanços tecnológicos promovidos sobretudo, pelo setor virtual. A inteligência artificial e a própria ampliação do acesso à internet

acabam por obrigar os profissionais do direito a se reinventarem, a se atualizarem, sob pena de terem suas carreiras ameaçadas pelo fracasso. Diante dessa inevitável evolução, os advogados, sejam eles jovens ou não, se vêem diante de um imenso desafio: Tentar manterem-se eficientes e competitivos no exercício da profissão, mesmo diante dos avanços proporcionados pela tecnologia, sobretudo pela inteligência artificial.

Para discorrer melhor sobre o assunto é mister conceituar, mesmo que de forma simplificada o que vem a ser Inteligência Artificial, a qual pode-se conceituar da seguinte forma :

Inteligência Artificial não é o computador, o computador é o *hardware*, é aquela estrutura física, mas a Inteligência Artificial não é exatamente o *software* também. Que é o que a gente tem comumente como programa de computador....Por que o software dá sempre a mesma resposta para o mesmo estímulo. A Inteligência Artificial também não é um robô por definição... Ela está ligada à ideia de sistemas inteligentes, ela é caracterizada pela possibilidade de aprendizado do sistema. Ela dá respostas, recebe *feedbacks* dessas respostas, assimila esses retornos e passa a dar respostas potencialmente aprimoradas.²

É conhecido que já existem carros semi autônomos, que param de forma automática se algum pedestre para na sua frente repentinamente, estacionam sozinhos ou se mantêm dentro de uma determinada trajetória, fazendo inclusive as curvas necessárias. Não eliminando entretanto a responsabilidade do condutor. Como a inteligência artificial define suas escolhas para aplicação das regras jurídicas aos casos concretos complexos?

Destaca-se que “fazer o computador jogar xadrez é muito fácil, porque as regras do xadrez são fechadas, a rainha sempre se move da mesma forma, assim como o cavalo e o peão, o bispo sempre anda nas diagonais quantas casas quiser”³, ou seja, ele não pode pular outras peças, não há hipóteses, exceções ou situações anômalas ou excepcionais em que o bispo possa andar em outra trajetória.

Assim, quando se entra em cena a vida, a linguagem, a realidade a complexidade se torna bem maior. “Como saber por exemplo quando uma máquina deverá ponderar uma regra

² CAVERSAN, Thiago. Inteligência Artificial e Decisão Judicial: A I.A. pode substituir profissionais do Judiciário? Youtube, 16 set. 2020. 6:35. Disponível em: <https://youtu.be/qvcj3XIII78> . Acesso em: 28 jun 2021.

³ SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. Inteligência Artificial no Direito: Introdução. Youtube, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/-Q0XBY4Ht44> Acesso em: 30/06/2021.

a qual ela está sujeita?”⁴ Por isso ainda é limitado o uso de inteligência artificial no direito, embora já se encontre em funcionamento no país, várias amostras desse futuro iminente.

O Conselho Nacional de Justiça editou em agosto de 2020 a Resolução⁵ n° 332 em que trata da possibilidade de utilização de sistemas inteligentes na construção de decisões judiciais.

Art. 1º O conhecimento associado à Inteligência Artificial e a sua implementação estarão à disposição da Justiça, no sentido de promover e aprofundar maior compreensão entre a lei e o agir humano, entre a liberdade e as instituições judiciais.

Art. 2º A Inteligência Artificial, no âmbito do Poder Judiciário, visa promover o bem-estar dos jurisdicionados e a prestação equitativa da jurisdição, bem como descobrir métodos e práticas que possibilitem a consecução desses objetivos.⁶

Ressalta-se que “o próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem visto com muito bons olhos e inclusive incentivado investimentos em implantação de tecnologias nos tribunais”.⁷ Para ele, no início acreditava-se que essa utilização de tecnologias geraria aumento nos custos para os tribunais, mas o que se observou de 2014 pra cá foi que os custos de manutenção dos processos se mantiveram praticamente inalterados, mesmo com o aumento das distribuições a partir das digitalizações. Ele aponta ainda, através de exemplos as diferenças básicas entre automação e Inteligência Artificial, explicando as funções dos sistemas VICTOR, CLARA, JERIMUM e POTI.

(Sistema VICTOR) Ele analisa os recursos que vão para o STF para separar aqueles que são recursos repetitivos, isso já agiliza muito o trâmite no STF. No TJRN, foram criados três robôs: A CLARA, O JERIMUM e o POTI. A CLARA é um exemplo perfeito de Inteligência Artificial...A CLARA lê documentos, ela recomenda tarefas, e ela inclusive sugere decisões. Elas não são dadas automaticamente, são submetidas a um juiz ou a um servidor para eles analisarem, mas isso já agiliza muito o trâmite. O JERIMUM e o POTI já

⁴ SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. Inteligência Artificial no Direito: Introdução. Youtube, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/-Q0XBY4Ht44> Acesso em: 30/06/2021.

⁵ BRASIL. **Resolução n° 332** de 21 ago. 2020. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. 25 ago. 2020. Brasília, DF. DJE/CNJ. Vol.274. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429>. Acesso em: 29 jun. 2021.

⁶ BRASIL. Resolução n° 332 de 21 ago. 2020. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. 25 ago. 2020. Brasília, DF. DJE/CNJ. Vol.274. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429>. Acesso em: 29 jun. 2021.

⁷ ALFIERI, Douglas. Inteligência Artificial no Direito. Youtube, 09 out. 2019. 1:51. Disponível em: <https://youtu.be/ZPxdPaIu-4> . Acesso em: 29 jun. 2021.

se enquadram no conceito de automação. O JERIMUM é responsável por categorizar e rotular os processos.⁸

Repare que tanto a automação quanto a Inteligência Artificial já são utilizados por alguns Tribunais pelo Brasil, auxiliando o poder judiciário no sentido de dar mais celeridade aos processos e não se desviar da questão fator econômico, o qual deve acompanhar a evolução da tecnologia tendo em vista que:

Segundo o método de análise econômica do Direito, as normas jurídicas, ao estabelecerem direitos subjetivos e correspondentes deveres jurídicos, que são, em tese, garantidos por um aparato coativo, impõem custos e proporcionam resultados que precisam ser levados em conta em um exercício de aferição de eficiência do ordenamento.⁹

Os advogados militantes na cidade de João Pinheiro, região noroeste do estado de Minas Gerais, não fogem à regra, pelo contrário, estão inseridos nesta realidade tanto quanto os advogados dos grandes centros urbanos do Brasil e do mundo. Eles precisam estar atentos à vertiginosa evolução trazida tanto pela virtualização dos sistemas jurídicos quanto pelas ferramentas de pesquisas para o acesso rápido às leis, decretos, jurisprudências e demais decisões afetas aos processos os quais lhe interessam. Ademais, “a implantação dessas tecnologias vai fazer com que os processos sejam muito mais céleres.”¹⁰

Em João Pinheiro, por exemplo, desde o ano de 2020 já se encontra em funcionamento o PJE (Processo Judicial Eletrônico), que é uma ferramenta virtual implantada pelo TJMG(Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais) no qual o processo judicial cível já nasce eletrônico ou no caso dos processos que tramitam de forma física, estes são digitalizados e implantados no referido sistema, passando a tramitar em todos os seus atos, virtualmente, ou seja, não existe mais papel nesses casos. Somente os atos de comunicação exercidos através dos Oficiais de Justiça que exigirem a utilização de papel, os quais são também posteriormente digitalizados e inseridos no Processo Judicial Eletrônico.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, eles fizeram um estudo e a estatística é de que com a digitalização dos processos, com a distribuição automática dos processos, o tempo até a sentença que era de mais de 800 (oitocentos) dias,

⁸ ALFIERI, Douglas. Inteligência Artificial no Direito. Youtube, 09 out. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/ZPxvDPaIu-4> . Acesso em: 29 jun. 2021.

⁹ CAVERSAN, Thiago. Inteligência Artificial e Decisão Judicial: A I.A. pode substituir profissionais do Judiciário? Youtube, 16 set. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/qvcj3XIII78> . Acesso em: 28 jun 2021.

¹⁰ ALFIERI, Douglas. Inteligência Artificial no Direito. Youtube, 09 out. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/ZPxvDPaIu-4> . Acesso em: 29 jun. 2021.

caiu para pouco mais de 100 (cem) dias, isso apenas com a distribuição automática. Vocês imaginem quanto que a gente consegue ainda melhorar esse tempo de processo se a gente conseguir implementar a Inteligência Artificial, para sugerir decisões, para automatizar processos repetitivos. O humano tem que focar naquilo que ele faz melhor: pensar, e a gente pode delegar para os robôs aquilo que é repetitivo.¹¹

Isso comprova que todos têm a ganhar com a implementação da Inteligência Artificial no ramo do direito, tanto advogados, partes, juízes, promotores e a população em geral. Pois a intenção não é substituir o ser humano pela máquina e sim fazer com esta colabore para a rapidez na resolução dos conflitos, até porque todas as eventuais decisões ou sentenças automáticas serão submetidas a um juiz, o qual terá a responsabilidade às acompanhar ou não.

Em relação ao PJE/TJMG, o advogado, o juiz e o promotor, que é o representante do Ministério Público possuem um acesso ao processo que lhes permitem juntar documentos, carrear petições, exarar pareceres, manifestarem-se e no caso dos juízes proferirem despachos, decisões e sentenças. Ainda os servidores do poder judiciário, podem trabalhar das suas próprias casas, ou onde quer que estejam, expedindo ofícios, comunicações e outros atos inerentes à atividade jurisdicional.

João Pinheiro é uma cidade do noroeste de Minas Gerais em que o curso de direito é um dos preferidos dos jovens que buscam a formação superior. Prova disso é que dos ônibus universitários que viajam diariamente para a cidade vizinha, Paracatu, a grande maioria dos seus estudantes cursam faculdade de direito. Sendo um curso tradicional e um dos primeiros cursos superiores a serem oferecidos no Brasil, acabou por produzir excelentes e respeitados profissionais na cidade de João Pinheiro.

Nesse sentido, expõem Zaganelli e Oliveira (2020, p.165):

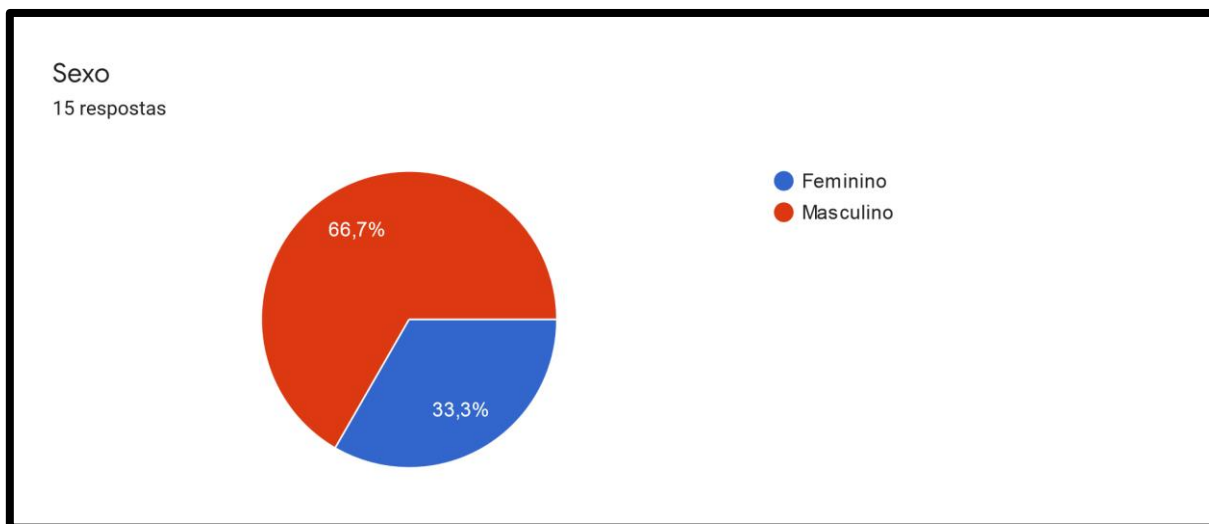
No atual cenário jurídico brasileiro a tecnologia cada vez mais ocupa espaço e impõe transformações, a exemplo da utilização de algoritmos para busca de jurisprudências; peticionamento online; ferramentas de busca de dados para citação e execução; startups jurídicas, como “lawtechs” ou “legaltechs”, etc. Nesse sentido, frisa-se, ainda, os recentes desafios provocados pela pandemia em virtude da covid-19, com o conseqüente isolamento social e a necessidade de prosseguimento dos serviços jurídicos, dentre os quais se destacam: o trabalho remoto/home office e a execução de serviços online, reuniões e audiências online, peticionamento eletrônico, entre outros. Restando evidente os rumos dessas mudanças que afetam todas as partes (representantes, representados, judiciário) e que se adequar às novas tecnologias passa a ser

¹¹ ALFIERI, Douglas. Inteligência Artificial no Direito. Youtube, 09 out. 2019. 4:29. Disponível em: <https://youtu.be/ZPxvDPaIu-4> . Acesso em: 29 jun. 2021.

não só um meio auxiliador, mas, em certa medida, necessário à sobrevivência¹².

3- Análise de resultados

Para uma melhor compreensão do perfil dos profissionais da advocacia em João Pinheiro, aplicou-se um *survey* em que a primeira pergunta foi o gênero:



181

Gráfico 1: Sexo.

Fonte: Pesquisa direta, 2021

Sessenta e sete vírgula sete por cento dos entrevistados são do sexo masculino e trinta e três vírgula três por cento são do sexo feminino, o que evidencia uma clara predominância de homens na profissão em João Pinheiro e contrasta com o fato de haver mais mulheres cursando Ensino Superior no Brasil.

Perguntou-se também a faixa etária dos entrevistados, que segue representada no gráfico abaixo:

¹² ZAGANELLI, Margareth Vetis; OLIVEIRA, Mateus Miguel. Advogados do amanhã: uma introdução ao seu futuro. *Humanidades & Tecnologia*, [s. l.], v. 26, n. 1, jul./set. 2020. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1326/970>. Acesso em: 7 ago. 2021.p.165

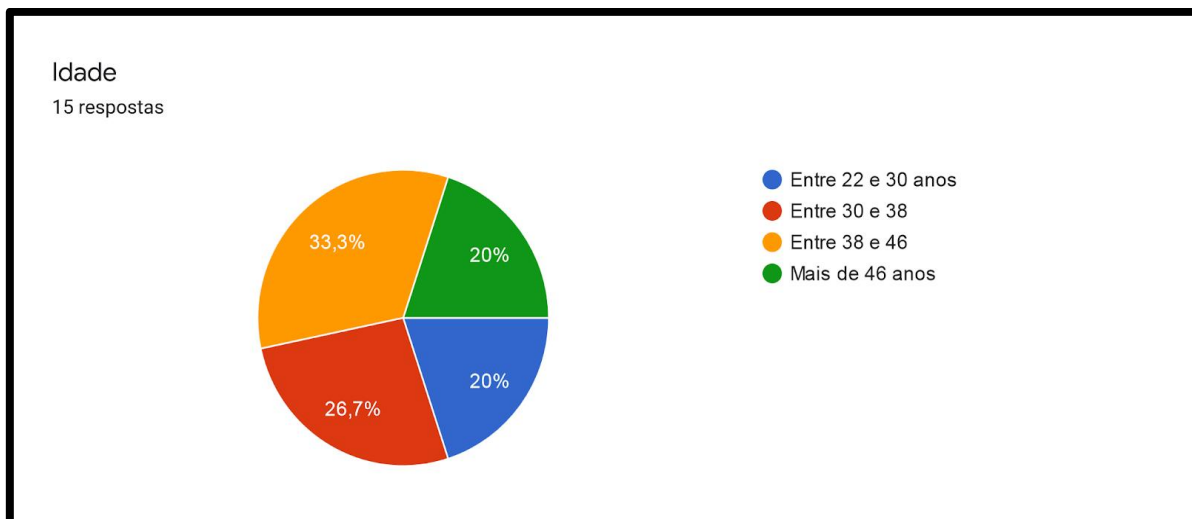


Gráfico 2: Idade.

Fonte: Pesquisa direta, 2021

Vinte por cento dos entrevistados têm entre 22 e 30 anos, outros vinte por cento estão acima dos 46 anos, já vinte e seis vírgula sete por cento têm entre 30 e 38 anos, e trinta e três vírgula três por cento entre 38 e 46 anos. Embora o gráfico esteja de certa forma evidenciando uma equivalência nas faixas etárias, ele permite concluir que a maioria dos entrevistados são jovens entre 22 e 46 anos.

Devido a enorme procura e interesse da população, a Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), inaugurou o curso de bacharelado em direito na cidade no ano de 2019. Como outros mercados profissionais, o da advocacia enfrenta inúmeras dificuldades que vão além da grande concorrência e saturação. Apesar de sempre haver campo para os bons profissionais, existem sempre fatores que acabam por gerar desestímulo tanto aos novos quanto aos advogados mais experientes. Entretanto, conforme os resultados obtidos na pesquisa que gerou o presente trabalho, ainda é perfeitamente possível viver com dignidade e tirar o sustento da profissão de advogado em João Pinheiro.

O gráfico abaixo, representa as respostas para a seguinte pergunta: É possível sobreviver só da advocacia em João Pinheiro?

É possível sobreviver só da advocacia em João Pinheiro?

15 respostas

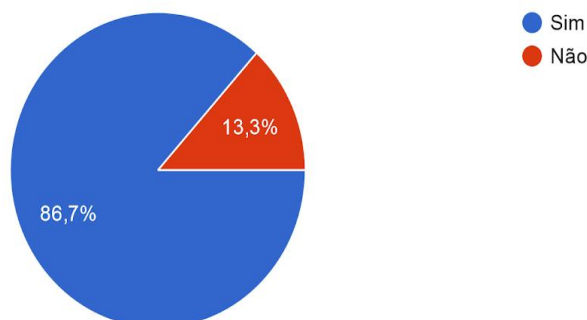


Gráfico 3: Financeiro.

Fonte: Pesquisa direta, 2021

Oitenta e seis vírgula sete por cento dos entrevistados respondeu que sim e treze vírgula três respondeu que não.

É possível constatar portanto que a grande maioria dos advogados entrevistados afirma que é perfeitamente possível viver em João Pinheiro apenas da advocacia. Isso dá alento aos futuros profissionais do direito, fazendo-os crer que o sucesso na profissão pode ir além da prosperidade financeira. Mesmo em detrimento das intempéries oriundas do mercado de trabalho.

Foi perguntado ainda Quais são os maiores desafios da profissão de advogado na cidade de João Pinheiro?

Violação de Prerrogativas. (Entrevistado 1)

Para o entrevistado 1 a maior dificuldade para o exercício da profissão de advogado é a questão da violação de prerrogativas que tem a sua importância destacada também por Juliana Faria¹³:

¹³ FARIA, Juliana. Violação das prerrogativas da advocacia e novas tendências nos tempos atuais. **Migalhas**, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/343727/violacao-das-prerrogativas-da-advocacia>. Acesso em: 02 jul. 2021

O tema "prerrogativas" é tão importante que, ainda hoje, temos que continuar bradando para garantir o pleno respeito à dignidade da advocacia. Lutar a cada dia para que a advocacia seja reconhecida como *múnus público* e que o exercício da profissão seja resguardado, afinal, as prerrogativas não são privilégios, são garantias mínimas para o exercício digno e independente da nossa profissão e pertencem a nossos constituintes, representando o cidadão frente ao poder estatal. (FARIA¹⁴, 2021, p.1)

A constatação de que a grande maioria dos advogados entrevistados acredita na viabilidade de viver exclusivamente da advocacia em João Pinheiro é um aspecto bastante encorajador. Isso não apenas demonstra a confiança dos profissionais em sua capacidade de sustentar uma carreira jurídica na região, mas também reflete a importância que eles atribuem ao significado intrínseco da profissão, indo além das considerações financeiras. Esse otimismo pode ser inspirador para os futuros advogados, incentivando-os a perseguir seus objetivos profissionais com determinação, mesmo diante dos desafios do mercado de trabalho.

No que diz respeito aos maiores desafios enfrentados pelos advogados em João Pinheiro, a questão da violação de prerrogativas se destaca como um tópico de grande relevância. A preocupação com a proteção e o respeito às prerrogativas dos advogados é compartilhada por entrevistados, incluindo a Dra. Juliana Faria. Este tema demonstra a importância de assegurar a dignidade da advocacia e reforça a visão de que as prerrogativas não são privilégios, mas sim garantias essenciais para o exercício independente e digno da profissão. Elas desempenham um papel crucial ao representar os cidadãos perante o poder estatal, destacando a relevância do trabalho dos advogados em João Pinheiro e em todo o país.

Nesta direção os entrevistados afirmaram que,

Mercado saturado, deslealdade entre os colegas de profissão e aviltamento de clientes.(Entrevistado 2)

Colegas de classe que cobram valores abaixo da tabela. (Entrevistado 3)

Cumprir os prazos processuais e ter paciência nos processos eletrônicos, pois o sistema fica indisponível sem prévio aviso. (Entrevistado 4)

O entrevistado 4 destacou como principal dificuldade atualmente, a responsabilidade de cumprir os prazos processuais dos processos que tramitam no PJE. Pois segundo ele o sistema eletrônico do TJMG, sempre fica indisponível, o que lhe demanda “muita paciência”.

¹⁴ FARIA, Juliana. Violação das prerrogativas da advocacia e novas tendências nos tempos atuais. **Migalhas**, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/343727/violacao-das-prerrogativas-da-advocacia>. Acesso em: 02 jul. 2021

Os andamentos dos processos. (Entrevistado 5)

O entrevistado 5 respondeu que o próprio andamento dos processos significa a maior dificuldade, sendo que o advogado em questão parece estar se referindo a morosidade da marcha processual.

O grande número de advogados que existem em nossa cidade, para quem está começando é muito difícil. (Entrevistado 6)

Atualmente concorrência desleal. (Entrevistado 7)

Concorrência com baixos valores de honorários cobrados pelos recém formados. (Entrevistado 8)

Os maiores desafios da profissão de advogado na cidade, são ganhar notoriedade, lidar com os clientes e as dificuldades pela morosidade do poder judiciário. (Entrevistado 9)

Assim como o entrevistado 5, advogado 9 destaca como obstáculo da profissão, a morosidade processual. As respostas dos entrevistados 5, 6, 7, 8 e 9 destacam uma série de desafios significativos enfrentados pelos advogados na cidade de João Pinheiro. Cada um deles aborda preocupações específicas relacionadas à prática da advocacia na região:

O entrevistado 5 menciona a morosidade no andamento dos processos como sua maior dificuldade. Isso ressalta um problema comum no sistema judicial, que é a lentidão dos trâmites legais, o que pode afetar a eficiência e a prestação de serviços jurídicos de qualidade.

O entrevistado 6 destaca a competição acirrada no mercado de advocacia em João Pinheiro, especialmente para aqueles que estão começando na profissão. Esse desafio relaciona-se à busca por uma clientela em meio a um grande número de advogados atuantes na cidade.

O entrevistado 7 menciona a concorrência desleal como um obstáculo. Isso pode envolver práticas antiéticas ou desonestas por parte de alguns profissionais, o que prejudica a reputação da advocacia como um todo.

O entrevistado 8 aponta a concorrência com valores baixos de honorários cobrados por recém-formados como um desafio. Isso pode levar a pressões financeiras e dificuldades na manutenção de uma prática jurídica sustentável.

O entrevistado 9 destaca a necessidade de ganhar notoriedade, lidar com os clientes e enfrentar as dificuldades causadas pela morosidade do poder judiciário. Esses desafios envolvem aspectos de marketing profissional, gestão de relacionamento com clientes e enfrentamento de problemas sistêmicos no judiciário local.

Em conjunto, essas respostas ilustram a complexidade do ambiente em que os advogados de João Pinheiro operam. Eles enfrentam não apenas questões jurídicas, mas também desafios relacionados à competição, ética profissional e eficiência do sistema judicial. Essas informações são valiosas para compreender os contextos e as necessidades dos advogados locais e podem servir como base para futuras discussões e esforços de melhoria na profissão jurídica da região. Ainda se refere ao desafio de obter notoriedade entre a população, lidar com a heterogeneidade de uma clientela por vezes muito exigente.

Atualmente, é difícil a captação de clientes em razão do grande número de profissionais, e principalmente a demora nas decisões judiciais. (Entrevistado 10)

Os maus pagadores. (Entrevistado 11)

A inadimplência para o entrevistado 11 é um grande problema. Pois se o cliente não honra com o compromisso fica difícil exercer a profissão de forma digna.

Colocação no mercado de trabalho. É gradativo, não é imediato. (Entrevistado 12)

O entrevistado 12, mencionou a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, assim como a forma com que isso acontece que no caso em tela é aos poucos. Enquanto em outras profissões, como a de médico, em que o profissional já entra no mercado de trabalho, por vezes até mesmo antes da formatura, o advogado recém formado precisa antes, passar no exame da OAB para depois disputar espaço com colegas já renomados e respeitados na cidade, ou ainda torcer para ser convidado a trabalhar com eles.

Concorrência desleal. (Entrevistado 13)

João Pinheiro é um município com aproximadamente 50 mil habitantes, portanto, uma cidade de porte médio. São vários os advogados em atividade. O primeiro grande desafio é desenvolver trabalhos e atividades que resultem em aumento do número de clientes no escritório, gerando resultados positivos e confiança no trabalho prestado. A comarca tem duas varas cíveis e criminais, um acervo processual enorme, e em muitos momentos apenas um juiz responde pelas duas varas, o que retarda o andamento processual, dificultando assim o relacionamento entre cliente que quer resultados imediatos e o advogado. O direito não é diferente das demais profissões, onde certamente os desafios são vários, mas, com dedicação do profissional, todos são capazes e possíveis de serem vencidos. (Entrevistado 14)

O entrevistado 14 chamou a atenção para o enorme acervo processual da comarca de João Pinheiro e a defasagem no número de juízes, para exemplificar suas dificuldades como

advogado, mas se mostrou confiante quanto ao futuro profissional, ressaltando a importância da dedicação na profissão.

A exemplo do entrevistado 2, os seus companheiros de profissão, os entrevistados 3, 6, 7, 8, 10 e 13, apontaram como dificuldade principal da profissão em João Pinheiro, a enorme concorrência, ou seja, a saturação do mercado de trabalho. Alguns destacaram ainda o fato de alguns colegas cobrarem honorários abaixo do praticável, dificultando assim a percepção de uma remuneração mais justa. Três dos entrevistados usaram ainda a palavra deslealdade para se referirem a um obstáculo para a advocacia na cidade.

Isso permite inferir que praticamente a metade dos entrevistados se acha prejudicada pelos seus próprios pares, que por vezes parecem se valer de artifícios reprováveis no intuito de se destacarem no mercado, angariar mais clientes, ou auferir mais honorários.

Conforme se verifica das entrevistas, os desafios da profissão variam entre os advogados e se repetem de pessoa para pessoa independente da idade e do tempo de profissão.

O que fica claro é que ser advogado atualmente em João Pinheiro, exige uma constante reciclagem e atualização, principalmente no tocante às inovações tecnológicas da informática. Por isso se faz urgente um deslocar de olhares do ramo do direito para as questões trazidas pela inteligência artificial. Por isso, refletir sobre os impactos dessa inovação na profissão de advogado e suas implicações práticas sobre o fazer direito, doravante deve fazer parte do cotidiano tanto dos estudantes quanto dos juristas mais experientes.

Por isso perguntou também aos advogados, quantos anos de profissão cada um tinha. Seguem abaixo os resultados:

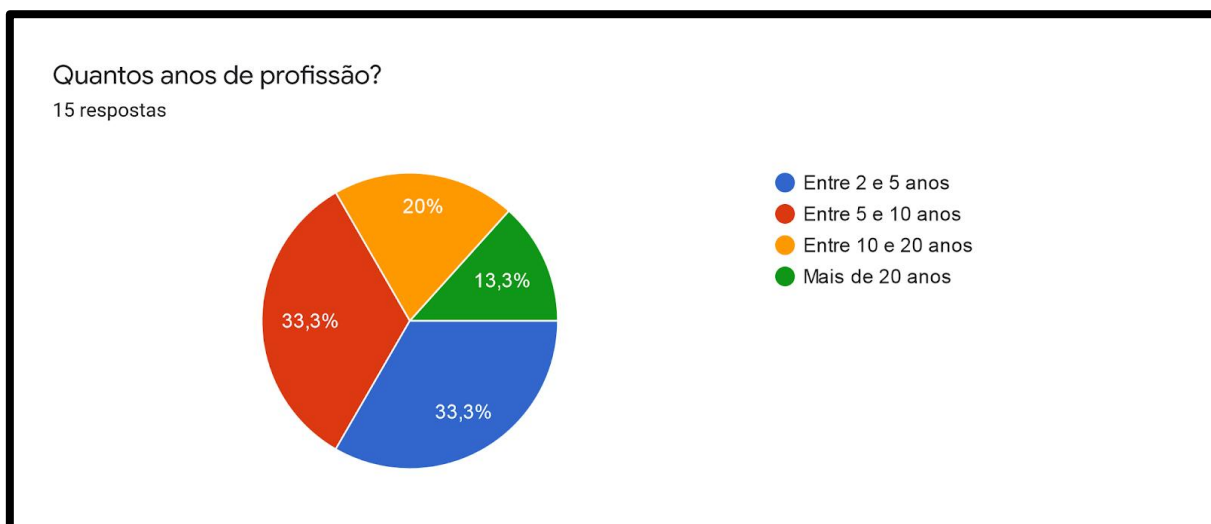


Gráfico 4: Tempo de profissão.

Fonte: Pesquisa direta, 2021

Trinta e três vírgula três por cento têm entre 2 e 5 anos de profissão, trinta e três vírgula três por cento têm entre 5 e 10 anos no mercado de trabalho, já vinte por cento dos entrevistados têm entre 10 e vinte anos de profissão e treze por cento têm mais de 20 anos como advogado.

Os dados acima permitem inferir que o mercado de trabalho no ramo da advocacia na cidade de João Pinheiro é bastante heterogêneo, pois embora o *survey* tenha sido aplicado aleatoriamente, o referido contemplou várias faixas etárias bem como diferentes graus de experiência profissional.

Foi perguntado também acerca do impacto da inteligência no futuro da profissão.

Você considera que o avanço da tecnologia (inteligência artificial) e o acesso à informação pode ameaçar o futuro da profissão de advogado?

15 respostas

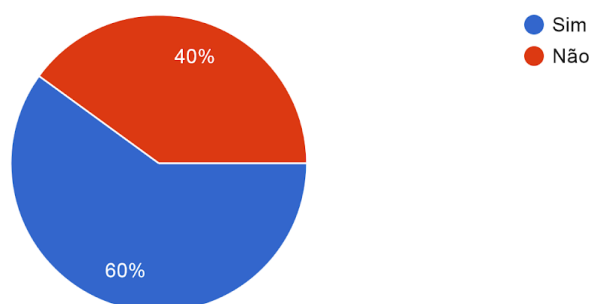


Gráfico 5: I. A. e o Futuro da profissão.

Fonte: Pesquisa direta, 2021

Sessenta por cento dos entrevistados acreditam que sim, a Inteligência Artificial pode vir a afetar o futuro da advocacia, enquanto que quarenta por cento acredita no contrário, ou seja, uma grande parte dos advogados pinheirenses teme que avanço tecnológico prejudique o exercício profissional. Talvez pelo fato de estarem olhando pela ótica da facilidade do acesso à informação por pessoas não formadas na área, o que pode gerar uma sensação de obsolescência ou dispensabilidade.

Por outro lado, existem os que não acreditam nos malefícios da tecnologia para a advocacia. Entre eles devem estar os que, como o Supremo Tribunal Federal (STF), apostam na utilização da Inteligência Virtual como aliada na busca pela celeridade processual.

O próprio gráfico reflete também que mesmo os advogados mais jovens, teoricamente mais "íntimos" das novas tecnologias, se preocupam com o futuro da profissão a partir do advento e da expansão na utilização da inteligência artificial no direito.

No próprio STF a inteligência artificial já vem sendo utilizada no auxílio aos ministros, fazendo a seleção de ações conforme a afinidade entre os casos para se ganhar tempo na tomada de decisões. Claro que ao final as decisões tomadas com o auxílio da Inteligência Artificial são submetidas a apreciação de um magistrado que decidirá pelo aproveitamento ou não do trabalho feito pela máquina.

Para traçar um perfil dos entrevistados, perguntou-se como eles se declaram conforme a raça/etnia.

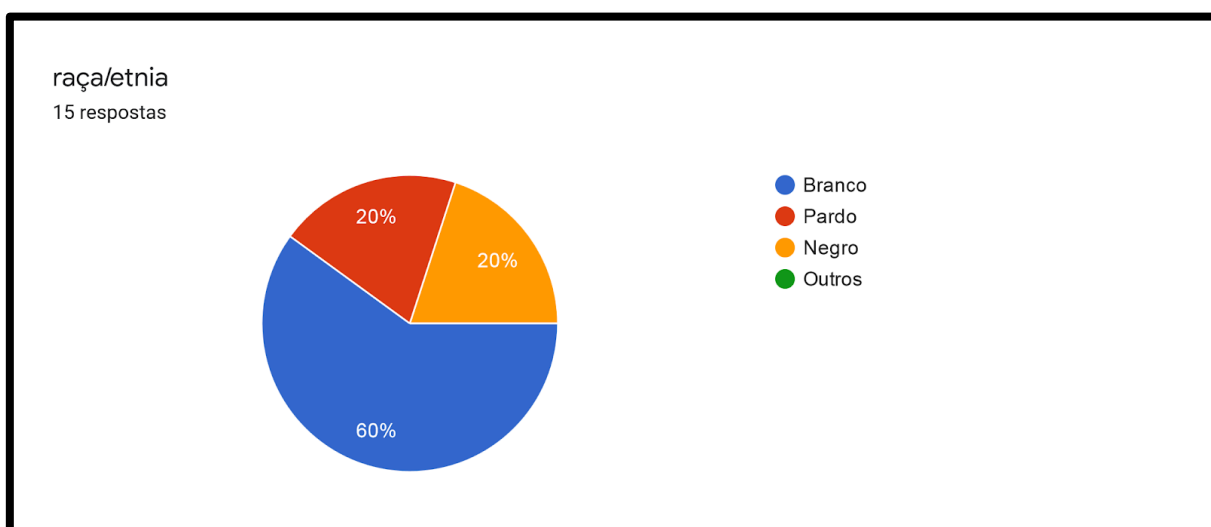


Gráfico 6: Raça/etnia.

Fonte: Pesquisa direta, 2021

Sessenta por cento dos entrevistados se declaram brancos, enquanto vinte por cento se declaram pardos, mais vinte por cento se dizem negros.

Uma observação interessante é que em João Pinheiro, o perfil do advogado é predominantemente branco. Não por acaso, esse fator também aponta para a realidade nacional, pois não só no curso de direito, como em grande parte dos cursos superiores oferecidos em faculdades e universidades do país, as vagas ocupadas por negros representam uma minoria, mas a pesquisa embora não tivesse imbuída da intenção de abordar o tema racial, não foi capaz de passar despercebida diante do dado comprovado pelo gráfico abaixo, bem como das observações cotidianas do pesquisador que é servidor do poder judiciário em João Pinheiro.

Curiosamente, embora a cidade seja fortemente marcada pela cultura rural e pelas tradições sertanejas, a predileção pelo curso de direito supera a busca dos jovens por cursos como agronomia, zootecnia e veterinária. Talvez pelo fato de tratar-se de um curso que guarda um certo *glamour* em seus usos e costumes.

Para finalizar o questionário aplicado os entrevistados foram indagados acerca das suas opiniões acerca da importância da profissão do advogado para a sociedade.

É de suma importância pois é o advogado que irá lutar para garantir os direitos do cidadão. (Entrevistado 1)

O advogado é indispensável para administração da justiça, é aquele impulsiona o poder judiciário para a resolução dos conflitos existentes na sociedade. (Entrevistado 2)

O advogado é essencial para a justiça, mas às vezes a sociedade não entende que o profissional está defendendo uma pessoa que cometeu um crime hediondo e confunde o profissional com o ser humano que só está fazendo o seu trabalho. Fazer o que aprendeu defender os interesses dos seus clientes. A importância da profissão de advogado está na colaboração com o poder judiciário para obtenção de um julgamento justo em processo cível ou criminal. (Entrevistado 3)

A defesa e garantia dos direitos das pessoas e a aplicação da lei. O advogado tem o dever de atuar em prol da diminuição das injustiças. (Entrevistado 4)

As respostas apontam para uma clara consciência social do papel do advogado. Os profissionais se enxergam de fato como protagonistas na defesa dos direitos dos cidadãos e parte das engrenagens do poder judiciário.

A análise de conteúdo (Bardin, 2011) das respostas dos entrevistados revela uma compreensão profunda e positiva da importância da profissão do advogado para a sociedade. Aqui estão alguns pontos-chave destacados na análise:

1. Garantia dos Direitos dos Cidadãos: Os entrevistados reconhecem unanimemente que os advogados desempenham um papel crucial na garantia dos direitos dos cidadãos. Eles veem os advogados como defensores dos direitos individuais e coletivos.

2. Administração da Justiça: A maioria dos entrevistados enfatiza que os advogados desempenham um papel fundamental na administração da justiça. Eles atuam como catalisadores para resolver conflitos na sociedade, colaborando com o sistema judiciário.

3. Consciência da Percepção Pública: Um dos entrevistados menciona que a sociedade às vezes não compreende totalmente o papel do advogado, especialmente quando defendem

indivíduos envolvidos em crimes graves. No entanto, eles enfatizam que os advogados estão apenas cumprindo seu papel profissional e não devem ser confundidos com seus clientes.

4. Colaboração com o Poder Judiciário: A colaboração entre advogados e o poder judiciário é mencionada como um fator-chave na importância da profissão. Os advogados são vistos como parte integrante do sistema legal, contribuindo para a busca de julgamentos justos em casos civis e criminais.

5. Diminuição das Injustiças: Um dos entrevistados destaca o dever dos advogados de atuar na diminuição das injustiças. Eles são percebidos como agentes de mudança que trabalham para tornar o sistema legal mais equitativo.

No geral, as respostas dos entrevistados indicam que a sociedade reconhece o papel vital desempenhado pelos advogados na proteção dos direitos individuais e na busca da justiça. Além disso, há uma consciência da complexidade da profissão e da necessidade de distinguir o profissional de advocacia do cliente que representa. Isso sugere um respeito pelo profissionalismo dos advogados e sua contribuição para a sociedade.

É fundamental para garantir e se fazer respeitar os direitos da pessoa humana. (Entrevistado 5)

O advogado tem papel importante em defender os interesses daqueles que necessitam de acompanhamento técnico na solução das demandas, o advogado é dotado de ética e bom senso é fundamental na defesa daqueles que mais precisam. (Entrevistado 6)

Resguardar direitos violados. (Entrevistado 7)

Toda a importância, o advogado é essencial para se fazer justiça. (Entrevistado 8)

Destacam a importância da qualificação técnica para o pleno exercício da advocacia no auxílio das resoluções das demandas e principalmente no combate fundamentado à violação de direitos.

É através do advogado e que as pessoas buscam a justiça para resolver os seus problemas. (Entrevistado 9)

É o profissional tecnicamente capacitado para a busca da justiça. (Entrevistado 10)

Representação e luta pelos direitos e deveres (Entrevistado 11)

O Advogado é o profissional que defende e zela pelos direitos do cidadão, é um dos pilares para o exercício do direito, deveres e cidadania de uma sociedade. Se não houver o advogado em ação, certamente os direitos do ser humano ficarão prejudicados. (Entrevistado 12)

Luta e Preservação dos direitos de cada um. (Entrevistado 13)

As entrevistas de campo demonstram que os entrevistados destacam a importância da qualificação técnica do advogado para o pleno exercício da advocacia, enfatizando que é através desse profissional que as pessoas buscam a justiça para resolver seus problemas e garantir a defesa de seus direitos e deveres. Para eles, o advogado é um dos pilares fundamentais para o exercício do direito, deveres e cidadania de uma sociedade. Além disso, apontam que a atuação do advogado é essencial na luta pela preservação e defesa dos direitos de cada indivíduo e na busca pela justiça, resolução de demandas e combate fundamentado à violação de direitos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo central lançar um olhar sobre os atuais desafios da advocacia na cidade de João Pinheiro, noroeste de Minas Gerais, bem como refletir acerca das possibilidades de evolução na tramitação de processos, a partir do avanço da tecnologia.

Tendo como alvo a Inteligência Artificial, buscou-se a princípio conceituá-la, não de forma técnica, pois além de pretensiosa, esta tarefa caberia certamente aos profissionais da informática e robótica.

No decorrer do trabalho verificou-se que a Inteligência Artificial, encontra-se mais do que presente no ramo jurídico no Brasil, pois já é bastante utilizada tanto nos Tribunais Superiores, a exemplo do STF como em outras instâncias. O que acaba por gerar especulações as mais diversas, desde as implicações éticas da sua utilização, até os benefícios para a celeridade processual.

Foi demonstrado ao longo do trabalho que os advogados militantes em João Pinheiro já operam com o Processo Judicial Eletrônico (PJE) desde 2020, e apesar do sofrimento com a instabilidade do sistema, já gozam dos benefícios da inovação tecnológica do setor virtual.

Verificou-se ainda que as maiores dificuldades da profissão de advogado em João Pinheiro, não diferem significativamente das de outras profissões. Comprovou-se que a saturação do mercado de trabalho, a concorrência desleal, a morosidade na resolução das demandas e a defasagem no contingente humano no judiciário representam os principais percalços da profissão.

Constatou-se por fim que é fundamental para os profissionais da advocacia manterem-se atualizados quanto às inovações tecnológicas e suas implicações para a área do direito, pois

certamente aqueles que se posicionarem de forma resistente ao futuro terão seus obstáculos aumentados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karen Rosa de; ZAGANELLI, Margareth Vetis; GONÇALVES, Maria Célia da Silva. Artificial Intelligence: Reflections About Emerging Regulatory Frameworks on Its Applications – Brazilian Case and International Trends. **HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM)**, vol. 26, jul/set. 2020. ISSN 1809-1628. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1322/966>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

ALFIERI, Douglas. Inteligência Artificial no Direito. **Youtube**, 09 out. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/ZPxvDPaU-4>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 332** de 21 ago. 2020. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. 25 ago. 2020. Brasília, DF. DJE/CNJ. Vol.274. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. 2011.

CAVERSAN, Thiago; CARMO, Valter Moura do. Inteligência Artificial e decisões judiciais: uma abordagem a partir da perspectiva da Análise Econômica do Direito. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 18, p. 191-209, 2019.

CAVERSAN, Thiago. Inteligência Artificial e Decisão Judicial: A I.A. pode substituir profissionais do Judiciário? **Youtube**, 16 set. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/qvcj3XIII78>. Acesso em: 28 jun 2021.

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 199-203, mar. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 13 maio 2022

DEMO, Pedro; SILVA, Renan Antônio da. Por que Temer a Inteligência Artificial? (Complementar ou Rival?). **HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM)**, vol. 26, jul/set. 2020. ISSN 1809-1628. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1316/953. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

FARIA, Juliana. Violação das prerrogativas da advocacia e novas tendências nos tempos atuais. **Migalhas**, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/343727/violacao-das-prerrogativas-da-advocacia>. Acesso em: 02 jul. 2021

IBGE. João Pinheiro - MG - IBGE Cidades. In.: ibge.gov.br. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama>. Acesso em 22, set, 2022.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. Inteligência Artificial no Direito: Introdução. **Youtube**, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/-Q0XBY4Ht44> Acesso em: 30/06/2021.

SILVA, Giselda Shirley da; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; SILVA, Vandeir José da. **Histórias e Memórias: Experiências Compartilhadas em João Pinheiro**. João Pinheiro: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2011.

ZAGANELLI, Margareth Vetis; OLIVEIRA, Mateus Miguel. Advogados do amanhã: uma introdução ao seu futuro. **Humanidades & Tecnologia(FINOM)**, [s. l.], v. 26, n. 1, jul./set. 2020. Disponível em: . Acesso em: 7 ago. 2022.

YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.